

A REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO EM UMA ESCOLA DO CAMPO: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

Eliane de Souza Silva¹ - UTP
eliane.enaile@hotmail.com

Eixo Temático: Educação do Campo, Escola, Currículo, Projeto Pedagógico e EJA
Agência Financiadora: CAPES.

Resumo: O presente estudo evidencia uma reflexão sobre a (re) construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Mercedes Marques, localizada no município de Campo Magro, região metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. Apresenta resultados iniciais de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelo Observatório de Educação. Entende-se que a instituição escolar deve possuir uma identidade própria, e que esta se constitui sob a influência da realidade local. Assim, a educação no campo necessita de um trabalho com maior abrangência para que possa atender as especificidades dos sujeitos do campo. Os teóricos que contribuíram para o presente estudo foram: Veiga (1995); Vasconcelos (2000, 2002); Gadotti (1994); Freire (1996, 1997a, 1997b); Souza (2006); Cruz (2013); Caldart (2000, 2004), entre outros. O documento oficial consultado são as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006). A pesquisa está sendo realizada na perspectiva de investigação-ação. Como procedimentos metodológicos estão sendo realizados encontros e reuniões com os profissionais, e futuramente com os pais e alunos da escola; aplicaram-se questionários como instrumento de coleta de dados. Constata-se que a escola possui um Projeto Político-Pedagógico que não condiz com a realidade de uma escola do campo, e que não foi construído com a participação da instituição nem a comunidade. O documento também apresenta nomenclaturas que não se usam mais, não traz discussões sobre a educação do campo, foi realizado às pressas para cumprir a entrega no prazo determinado, entre outras fragilidades encontradas. Entretanto, ao longo da pesquisa que temos realizado, há um despertar do interesse e disposição dos professores, coordenadores, diretora e pedagoga, que se mobilizam para reflexões e discussões, aspectos essenciais na (re) construção de uma concepção crítica de formação, o que está colaborando muito na realização do presente estudo em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político-Pedagógico. Reconstrução. Educação do campo.

Introdução

A instituição escolar tem como objetivo estimular, desenvolver a cidadania e proporcionar a sua comunidade situações para que esta tenha oportunidades de adquirir valores e conhecimentos básicos para viver em sociedade. Os educandos devem ter atitudes e habilidades essenciais para participar de forma plena e efetiva da vida política, econômica e social do país.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, integra o Núcleo de pesquisa em Educação do campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP), é bolsista CAPES/Observatório da Educação. Email: eliane.enaile@hotmail.com.

Para realização dessa função social, entendemos que é necessário propor aos alunos situações em que possam participar de projetos coletivos de interesse tanto da escola quanto da comunidade, exercitar-se na autonomia de uma convivência social, expressando livremente seus pensamentos e opiniões, aprendendo a ouvir e debater, estabelecendo assim uma atitude para com o saber e o (re) conhecimento que aumente o desejo de querer (re) aprender sempre mais.

Compreendemos que a escola preocupa-se em atender as necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, com o objetivo de (re) construir uma identidade própria e não se perder nas ações ao longo dos anos. Essa identidade denomina-se Projeto Político-Pedagógico. A (re) construção desse projeto é realizada de forma coletiva, com a participação e envolvimento coletivo de todos os segmentos da escola e da comunidade. Assim, o Projeto Político-Pedagógico é um relevante caminho para a (re) construção de identidade da escola.

Um Projeto Político-Pedagógico (re) construído na coletividade possibilitará buscar novas estratégias para um repensar diário acerca das práticas pedagógicas, em que o próprio grupo encontrará as soluções para as dificuldades enfrentadas no cotidiano do processo educativo.

Nesse sentido, as discussões do Projeto Político-Pedagógico devem contemplar uma visão global do processo educacional como um todo, considerando as ações previstas para a sua implantação. Para isso é essencial que primeiramente estas reflexões tenham o objetivo de convidar o professor a (re) construir a sua autonomia individual, para posteriormente envolver os reais condicionantes que envolvem a prática, pois pensar um projeto de educação implica pensar o tipo de qualidade de escola e a concepção de sociedade que se pretende (re) construir.

Diante desse contexto que se coloca a relevância de considerar a expressiva contribuição que o Projeto Político-Pedagógico oferece para a efetivação de uma gestão democrática.

Portanto, deve permitir à comunidade escolar, pais, educandos, e demais envolvidos, estabelecerem uma comunicação dialógica que propicie a criação de estruturas metodológicas mais flexivas, buscando-se, assim, a efetivação da democracia na instituição.

É emergente pensarmos em um Projeto Político-Pedagógico que não seja apenas um documento burocrático, frio, realizado por pessoas que não sejam da comunidade nem da escola, ou a realização de um documento apenas para cumprir exigências da secretaria de educação ou também um documento para ficar guardado na gaveta.

Defendemos um Projeto Político-Pedagógico que seja vivo e atuante, que se faça valer nas suas ações e objetivos educacionais, sendo constantemente reformulado e (re) avaliado, num processo tanto de ação como de reflexão com a participação efetiva de toda a comunidade escolar e local.

Nesse viés, Vasconcelos (2002) diz que pela participação o indivíduo pode assumir a condição de sujeito e não de objeto, reforçando a necessidade da (re) construção do Projeto Político-Pedagógico alicerçado nessa ótica participativa. E ressalta ainda que o complemento da participação é a corresponsabilidade.

Faz-se necessário discutir um Projeto Político-Pedagógico que contemple a especificidade dos sujeitos do campo, valorizando os seus modos de vida, a cultura, o trabalho, a identidade, elementos muitas vezes distantes e esquecidos nas práticas escolares.

Percebemos que:

Valorizar a cultura dos povos do campo significa criar vínculos com a comunidade e gerar um sentimento de pertença ao lugar e ao grupo social, possibilitando uma criação de uma identidade sociocultural que leva o aluno a compreender o mundo e transformá-lo. (PARANÁ, 2006, p. 38).

Pensar em um projeto que atenda a especificidade dos alunos do campo e valorize os conhecimentos que os sujeitos trazem para sala de aula é um enorme desafio das escolas e do presente estudo. Também constituem um grande desafio a discussão e reflexão, e, ao mesmo tempo, a busca da (re) significação da cultura desses educandos para que não se sintam inferiores ou sejam discriminados, mas que sejam reconhecidos como indivíduos que (re) produzem conhecimento e ao mesmo tempo são sujeitos políticos.

A educação do campo identifica a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a uma educação que seja **no** e **do** campo. **No** campo: uma educação de direito no lugar onde se vive; e **do** campo: uma educação que seja imaginada desde o lugar, articulada à cultura local e às necessidades sociais e humanas, com participação ativa dos povos do campo, visto tratar-se de um direito de todos. (CALDART, 2004).

O presente estudo está vinculado ao projeto do Observatório² da Educação CAPES/INEP, núcleo Universidade Tuiuti do Paraná, o qual tem como objetivo principal

² O projeto Observatório da Educação Educação/CAPES/INEP – modalidade núcleo em rede Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul (UFPel) e Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) foi aprovado pelo Edital nº 038/2010, intitulado “Realidade das escolas do campo na região Sul do Brasil: Diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”.

compreender o nível de letramento dos professores das escolas do campo, tendo como referência o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Aqui no Paraná³, seis escolas públicas rurais pertencentes à região Metropolitana de Curitiba estão envolvidas na investigação⁴.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: observação, análise documental e encontros com os professores, diretores e coordenadores, entrevistas e diagnóstico com a comunidade. O texto estrutura-se da seguinte forma: a primeira parte ressalta sobre a escola, a identidade e a cultura dos sujeitos do campo. A segunda traz algumas discussões acerca da (re) construção do Projeto Político-Pedagógico realizado na coletividade. E por fim as considerações preliminares.

Um pouco sobre a escola e sua identidade

O desenvolvimento desta pesquisa está acontecendo no turno matutino e vespertino da Escola Municipal Professora Mercedes Marques dos Santos, que atende Educação Infantil e Ensino Fundamental. Atualmente a escola funciona no período da manhã das 8h às 12h e à tarde, das 12h30 às 16h30.

Na proposta pedagógica da escola (2007) encontramos algumas informações importantes a que convém mencionar. A escola, cujo terreno foi doado por pessoas da comunidade, foi construída em 1990 e está localizada em Campo Magro, Estado do Paraná, Brasil. Esse município foi emancipado de Almirante Tamandaré, no bairro Retiro, culminando na desativação de várias escolas multisseriadas, mais conhecidas na região como Escolas Consolidadas.

A escola Municipal Mercedes Marques atende as seguintes comunidades: Freguesia dos Laras, Terra Boa, Ouro Fino, Jacuzal, Campo da Cascavel, Conceição dos Túlios, Conceição dos Correias, Várzea, Canavial, Paina, Retiro, Conceição da Meia Lua, Meia Lua dos Freitas, Capivara dos Ferreiras, Barra de Santa Rita, Alto Sebastião, e outro município (Almirante Tamandaré).

⁴ Para atingir tal objetivo, no caso dos integrantes do Paraná, a bolsista e autora do presente estudo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Antônia de Souza, coordenadora do Programa de Pós Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação (PPGED) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e do Observatório da Educação núcleo Paraná, problematiza o processo de reconstrução coletiva do Projeto Político- Pedagógico voltado para atender as especificidades dos sujeitos do campo na Escola Mercedes Marques no município de Campo Magro, região metropolitana de Curitiba (RMC) Paraná, Brasil.

As atividades escolares na escola iniciaram-se em 1991, sob a Resolução n.o 310/91 de 25/10/91, com o nome de Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida. Posteriormente, com a Resolução n.o 3034/97 de 10/09/97, passou a ser chamada Escola Municipal Professora Mercedes Marques dos Santos, em homenagem à sua primeira diretora.

Até o ano de 2007, no mesmo prédio da escola Municipal Mercedes Marques funcionava o Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, que ofertava o ensino fundamental e médio nos períodos da tarde e da noite. Assim, configurava um prédio com dualidade administrativa, sendo municipal e estadual.

Como princípio educativo, essa instituição segue as exigências dos documentos vigentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 9394/96, tendo por objetivo constituir-se em uma escola que propõe atender os alunos e suas necessidades básicas, respeitando as suas diferenças e cultura própria do local em que estão inseridos.

Quanto ao município de Campo Magro, trata-se de uma região rica em inúmeras belezas naturais, áreas verdes, belas paisagens, pontos turísticos, entre outros. Segundo dados do IBGE (2010), a população é de 24.843 habitantes; desse total, 21,31% moram na área rural. A área do município é de 263 km², assim distribuída: 28 km² de área urbana⁵ e 230 km² de área rural.

Encontramos diversos pontos turísticos na região, tais como pousadas, restaurantes e recantos, que oferecem algumas oportunidades de emprego para a população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população é de 0.74, lembrando a contradição existente numa região com várias riquezas naturais, terra fértil e a privação econômica de seus moradores, cuja renda média domiciliar per capita é de R\$ 543,44. (IPARDES, 2012).

Dados desse mesmo documento supracitado mostram que o município traz um passado dinâmico no processo de colonização, que tinha como principal atividade econômica o trabalho dos escravos na exploração do ouro. Sua marca é o tropeirismo⁶, e sua instalação como município deu-se em 1º de janeiro de 1997, após ter sido separado de Almirante Tamandaré, em 11 de dezembro de 1195⁷. Campo Magro está localizado em uma região cárstica⁸, de grande quantidade de rochas carbonáticas, que contêm um aquífero de grande

⁵ De acordo com o IBGE, o critério urbano e rural é considerado os fatores políticos e administrativos, os quais definem através de um cálculo a área física do perímetro tanto urbano quanto rural.

⁶ A palavra Tropeirismo deriva de tropa e foi uma atividade desenvolvida por grupos de homens (tropeiros) que conduziam gado por regiões do Brasil, assim como bens necessários. (INFOPÉDIA, 2012)

⁷ Disponível em: <<http://prefeituradecampomagro.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

⁸ Diz-se do relevo originado em regiões calcárias, produzido pelo trabalho de dissolução realizado pelas águas superficiais e subterrâneas. (INFOPÉDIA, 2012).

potencial, mas com extrema vulnerabilidade. O relevo é composto por montanhas, planícies, e vales com vegetação nativa.

As atividades econômicas do município são tanto as atividades agrícolas como as não agrícolas. Nas atividades agrícolas, o cultivo baseia-se nas plantações de batata, feijão, milho, tomate, pepino, soja, trigo, frutas e hortaliças, caracterizando-se como produção familiar. As atividades não agrícolas também fazem parte dos trabalhos dos moradores da região, tais como turismo rural, artesanato, usina de reciclagem de lixo, comércio de produtos naturais e orgânicos. (IPARDES, 2012).

Ao discutirem sobre o espaço rural, Schneider e Blume (2004) destacam que os traços culturais que ocorrem ali são fluidos, permeáveis e transpassados, e estão integrados de alguma maneira a atual sociedade. Nessa ótica, a ideia de associar o rural ao inferior e o urbano ao avançado e modernidade não tem fundamento teórico.

Observamos que a ruralidade nesses últimos anos vem ganhando novos sentidos, pois abrange um campo muito maior do que simplesmente as plantações e criações de animais e atividades agropecuárias.

Nesse caminho, concordamos com a pesquisadora Verde (2004) quando ressalta que o espaço rural precisa ser entendido para além da economia agrícola e que deve envolver as dimensões espacial, ambiental, demográfica e cultural.

Essa mesma autora aborda que a população total do estado do Paraná, por sua ocupação e densidade, apresenta uma realidade imbuída pelo rural. O espaço rural integra os territórios de maneira predominante, e isso requer a incorporação de análises tanto nos programas governamentais quanto não governamentais. Assim, o rural e o urbano devem ser compreendidos num continuum, tendo em vista que o rural se urbanizou devido ao desenvolvimento e a aplicação de técnicas industriais na agricultura, tendo um transbordamento do urbano para o rural.

Assim, nesta pesquisa buscamos reflexões e estudos com a escola e comunidade local acerca da reconstrução do Projeto Político-Pedagógico que valorize os aspectos cultura, identidade, saberes e o trabalho dos sujeitos do campo.

Pelo trabalho, o aluno produz conhecimento, cria habilidades e forma a sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a instituição pode torná-lo mais plenamente educativo, na medida em que ajuda os sujeitos a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida, tais como a sua cultura, seus valores e posições políticas. (CALDART, 2000).

A Reelaboração do Projeto Político Pedagógico na coletividade



Figuras 1, 2 e 3 - Encontros para Reestruturação do Projeto Político Pedagógico na coletividade
Fonte: Eliane de Souza Silva, 2013.

Constatamos que a Escola Municipal Professora Mercedes Marques possui um Projeto Político-Pedagógico que não condiz com a realidade de uma escola do campo, e que não foi construído com a participação da instituição escolar nem a comunidade local. O documento apresenta nomenclaturas que não se usam mais, tais como série, em vez de ano, não traz discussões sobre a educação do campo, foi realizado às pressas para cumprir a entrega no prazo determinado, entre outras fragilidades encontradas.

Veiga (1995) pontua que o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples argumento de planos de ensino e de diversas atividades. Para a autora, o Projeto Político-Pedagógico não está centrado em um amontoado de palavras argumentativas, mas sim num veículo norteador de toda base de ensino da escola para qual foi elaborado.

Salientamos que o Projeto Político-Pedagógico é uma atribuição legal conferida à escola pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 para os estabelecimentos de ensino, ampliando o papel da instituição frente à sociedade e colocando-a como centro de atenção das políticas educacionais mais gerais. Sugere ainda o fortalecimento da sua autonomia, pois delega aos que fazem a instituição, tanto a comunidade interna como a externa, a tarefa da (re) elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Em seus artigos 12 e 13, regulamenta a participação dos professores na elaboração da proposta pedagógica da escola da qual fazem parte. O Art. 14 assegura aos sistemas de ensino a autonomia de sistematização dos seus Projetos Pedagógicos.

Portanto, seguindo esse raciocínio, para o cumprimento ao disposto instituído nesta lei, estamos procurando oficializar sua concepção de educação e indivíduo a ser formado para a sociedade atual. Dentro dessa realidade, estamos sistematizando a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Professora Mercedes Marques, com ações essenciais para a melhoria dessa instituição e também uma melhor organização do trabalho pedagógico e administrativo voltado efetivamente a uma escola do campo.

Para Gadotti (1994), todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar e atravessar um período de instabilidade, buscando assim uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o atual. “Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”. (p. 57).

Vasconcelos (2000), ao definir o projeto pedagógico, afirma que é:

Um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. (p. 143).

Na perspectiva desse autor, é na coletividade que o Projeto Político-Pedagógico irá assumir compromisso e manifestar os seus objetivos por meio de suas particularidades e pela leitura da realidade e identidade da instituição.

A pesquisadora Veiga (1995) destaca as questões da significação dos rumos. É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido na coletividade. Desta forma, todo Projeto Político-Pedagógico é um compromisso com a formação do indivíduo para um tipo de sociedade, portanto, está estreitamente articulado com o compromisso sociopolítico, interesses reais e também coletivos da maioria da população.

Veiga (1995) ressalta que na:

Dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (p. 13)

Nesse sentido, entendemos que o político e o pedagógico são indissociáveis, de forma que o Projeto Político-Pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussões e reflexões acerca dos problemas vivenciados pelas instituições escolares, além de possibilitar a busca de alternativas para realizar as ações necessárias para alcançá-los.

Veiga (1995) possibilita a reflexão frente ao papel pedagógico da instituição na formação dos cidadãos. O planejamento e as atividades diárias definem qual o indivíduo que a escola pretende colaborar na formação. O ato pedagógico pode, e muito, ajudar na formação de indivíduos participativos ou submissos, críticos ou acríticos, ou também criativos ou como

meros reprodutores. Frente ao papel social da instituição escolar, destaca-se a questão da definição de proposições claras para o trabalho pedagógico diário.

O termo pedagógico traz, em sua significação, o entendimento do papel da instituição como educadora, como escola de ensino e aprendizagem. É essencial a compreensão de que o ato pedagógico de ensinar não é apenas a de transmissão de conhecimentos prontos, mas criação de possibilidades para a construção de novos saberes, enfatizando a formação humana de forma crítica na sociedade. (FREIRE, 1996).

Partindo do pressuposto de que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1977a, p. 69), a educação como prática de liberdade será consequência do processo educativo. O autor ainda descreve que devemos assumir o papel de professores democráticos e ousados, desenvolvendo em nossa prática educativa atitudes que reforcem a curiosidade e capacidade crítica dos educandos.

Cruz (2013) destaca que o projeto pedagógico da escola é um projeto político por estar articulado ao compromisso com a formação do sujeito, para um tipo de sociedade. A autora ainda indaga qual é o tipo de sociedade que queremos aos povos do campo?

A educação do campo precisa de um currículo capaz de desconstruir a ideologia hegemônica do capital que faz esquecer que os sujeitos do campo são outros sujeitos, que suas identidades e as identidades das regiões em que vivem precisam ser respeitadas e adentrar a escola através do currículo. Precisamos de um currículo emancipador que valorize as pessoas que trabalham que lutam pela sua sobrevivência e o campo é o conteúdo de seu próprio contexto social, que a partir dali comece a reflexão e que diante desse contexto onde está inserido, aprendendo a ler o mundo de uma forma mais crítica e a lutar por seus direitos. (p. 8)

Assim, organizamos momentos de dialogicidade, (re) pensando com toda a equipe pedagógica e administrativa da instituição, (coordenadores) as necessidades da reelaboração de um projeto social voltado para atender as especificidades dos povos do campo, imaginado numa totalidade e que expresse na formação humana.

Cruz (2013) pontua que fazer parte de uma organização em coletividade, discutindo em grupo e mobilizando a própria comunidade em busca desses direitos:

[...] é o primeiro passo de luta para conquistarmos uma educação voltada para a totalidade. Sabemos que é uma empreitada bastante desafiadora, mas que há necessidade de romper com uma educação ideologicamente pensada como lugar de atraso, e ampliar um novo olhar diante das fragilidades em que se encontra a educação, superando as contradições que vivemos na sociedade. (p. 14)

Souza (2006) afirma que a emancipação do processo educativo, deve sempre ser pensada partindo do diálogo com os indivíduos da educação, considerando suas experiências e compreensão de mundo; trata-se do início para a reflexão determinada pela teoria crítica. Coloca ainda que desenvolver o exercício da participação nas decisões curriculares é um desafio para os educadores, pois estão acostumados habitualmente às decisões procedentes das instâncias governamentais e foram formados sem a clareza total do que é ser indivíduo do ato educativo. “A participação ocorre quando há disponibilidade individual para superar as deficiências e quando há liberdade e respeito entre os envolvidos. É um exercício de aprendizagem constante, do saber falar, ouvir, propor, contrariar e complementar.” (p. 106)

A comunidade é relevante nos incentivos e estímulos, sem a sua ajuda é impossível alcançarmos os resultados em sua totalidade, exigidos pelas leis de ensino. Mas, quando a comunidade percebe que a instituição escolar está bem gerida, acredita no trabalho, na filosofia da escola, passa a defender a proposta, integrando-se ao nosso meio, tendo como objetivo principal o educando, suas necessidades, anseios, desejos e, especialmente, seu desenvolvimento como ser social, agente transformador da sociedade.

Freire (1997b, p. 119) destaca que:

Ninguém educa ninguém, assim como ninguém educa sozinho: alguém só aprende se existir uma pessoa que lhe deseje ensinar. Da mesma forma, alguém só ensinará se houver um indivíduo predisposto a aprender, e o aprender se tornará prazeroso na medida em que for significativo.

Para atingirmos o objeto desta pesquisa, apresentamos o projeto já elaborado e como todo o grupo necessita se empenhar para reelaborar esse documento. Argumentamos sobre a real necessidade do projeto para melhoria da escola e que ele será a alma da instituição, pois expressa o pensamento e anseios de todo um coletivo, já que tudo que é realizado em equipe acaba consequentemente definindo a visão de todo o grupo democraticamente, e assim se tem um resultado positivo.

Para operacionalizarmos as atividades, optamos por questionários, que foram direcionados primeiramente aos pais. Neles estavam contidos informações e questionamentos acerca do conhecimento deles acerca da realidade da clientela, como viam a instituição, que modelo de escola eles gostariam para seus filhos e, na visão de pais, o que impossibilita na participação da vida educacional dos filhos. Foi explicado o objetivo do envio do questionário e da proposta da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e sua relevância para a melhoria

da escola. À medida que os questionários eram retornados à escola, foi realizado um levantamento de dados da seguinte forma:

Foi constatado que a maioria das famílias é formada por trabalhadores rurais humildes e sonhadores no que se refere a um futuro promissor aos filhos e demais membros da família. Percebeu-se que mesmo diante de tantas dificuldades com o trabalho rural são poucos que desistem dos estudos. No que se refere à formação escolar dos pais, existem desde não alfabetizados a graduados, prevalecendo maioria com ensino fundamental incompleto.

Os dados coletados revelam que as famílias que compõem a comunidade escolar moram no campo. Cinquenta e dois por cento delas residem a uma distância de até 5km e 48% entre 6 a 20km, o que revela a diversidade de distâncias de onde os educandos se deslocam, sendo possível concluir que há uma diversidade cultural e social presente na instituição, devido às diferentes localidades onde vivem os educandos e suas famílias.

Esta realidade justifica a necessidade de transporte escolar para chegar até a escola, direito assegurado no artigo 4º, VIII da LDB: “atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Portanto, o livro didático, a merenda e também o transporte escolar devem ser objeto de cuidado e atenção especial da parte dos gestores escolares, o que implica uma relação com as autoridades incumbidas desses atendimentos.

A maioria mora em casa própria, correspondendo a 78 famílias; 2 moram em casa alugada e 7 moram em chácaras alugadas; 1 em casa emprestada pela empresa. Constata-se que a maioria é residente fixo de suas comunidades, fator que contribui para a permanência do educando na escola e melhor aprendizagem.

A renda média das famílias é de até um salário mínimo mensal, e a maioria recebe benefícios do governo; 69% delas acreditam que é relevante a escola oferecer o ensino aprendizagem para seus filhos, 18 a têm como local para oferecer cuidados, como segurança e merenda; 17 afirmam que é relevante a escola oferecer valores como respeito, complemento da educação trazida de casa; 5 a veem como ambiente para ter acesso a um futuro melhor; 1 família tem como prioridade da instituição o papel de ler e escrever e 12 optaram por não responder.

Entendemos que os sujeitos do campo sentem grande necessidade de serem valorizados e buscam respeito a sua identidade; portanto, incluímos um item o qual sintetiza a visão de algumas famílias a respeito da relevância da instituição para o meio que eles vivem.

A grande parte das famílias compreende a instituição como um meio de transformação, porém com seus direitos garantidos, uma das famílias colocaram que a resposta para essa pergunta é *estudar leis e respeitar os colegas*. Essa resposta leva-nos a concluir que a instituição está num processo de formação crítica dos educandos que transpassa as famílias.

Através das reuniões e reflexões realizadas até o presente momento, percebemos que a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da escola não é uma jornada fácil. Observamos que é um processo complexo e com diversos enfrentamentos de ordem individual, referentes a situações pessoais, profissionais e também os interesses coletivos. É essencial a atuação de uma equipe gestora, capaz de articular bem todo o processo, envolvendo todos os agentes da instituição e a comunidade local.

Percebemos ainda que é uma (re) construção fundamental e necessária ao bom andamento da instituição e, o mais relevante, é possível e faz parte do cumprimento da legislação educacional vigente.

Os encontros e reuniões estão acontecendo mensalmente para continuação e efetivação da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, e a escola já se sente vitoriosa com os resultados. Apesar de todas as dificuldades encontradas em qualquer trabalho, o saldo está sendo positivo.

Considerações iniciais

Diante do percurso do presente estudo em andamento, constata-se o interesse dos coordenadores, diretores e professores na reestruturação do Projeto Político- Pedagógico.

As professoras relatam alguns problemas que interferem na qualidade do ensino, tais como necessidade de entender as questões históricas, como a desvalorização do campo, conhecer mais a realidade dos alunos atendidos, e que muitas vezes não se trabalham determinados conteúdos por não se conhecer o assunto.

Para frente, o desafio deste projeto, vinculado ao Observatório da Educação, que é de extrema relevância, será dar continuidade aos encontros, momentos de estudos e reflexões, numa perspectiva de uma (re) construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico com o objetivo de responder às reais necessidades dos professores, alunos, e comunidade local, uma vez que a pesquisadora e bolsista já identificou a conjuntura desta instituição escolar.

É neste propósito que estamos percorrendo este caminho no estudo, buscando alternativas por meio do diálogo e por uma luta constante em prol de um mundo melhor,

frente a inúmeras injustiças sociais, (re) pensando na formação do ser humano, e na valorização da identidade, no modo de vida, trabalho e também na cultura dos indivíduos do campo do Município de Campo Magro.

Acreditamos que o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Mercedes Marques será um projeto que se renovará sempre, tanto na teoria como na prática, buscando constantemente novas ideias, proposições e realizações e rompendo com suas hierarquias, mas baseando-se no respeito, autonomia e na responsabilidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CALADO, S. R. **Campo Magro: um município para ser conhecido e amado**. Curitiba: Reproset, 2004.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF, 2000, nº 03.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 147-158.

CAMPO MAGRO. **Escola Municipal Mercedes Marques dos Santos**. Projeto Político Pedagógico, 2007.

CAMPO MAGRO. **Prefeitura de Campo Magro**. Disponível em: <<http://prefeituradecampomagro.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

CRUZ, R. A. **Reestruturação dos projetos político-pedagógicos nas escolas do campo no município de Tijucas do sul**. In: I Jornada Latinoamericana de História, Trabajo, Movimienos Sociales y Educación Popular, 2013, Foz do Iguaçu, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997a.

_____, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997b.

GADOTTI, M. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para todos**. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

INFOPÉDIA. Tropeirismo do Brasil. **Infopédia**, História, 2012. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$tropeirismo-do-brasil](http://www.infopedia.pt/$tropeirismo-do-brasil)>. Acesso em: 26 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 12 de jun. de 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Perfil do Município de Campo Magro**, Curitiba, PR: IPARDES, 2012. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=83535. Acesso 12 de jun. de 2013.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SOUZA, M. A. de. **Educação do campo**: Proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7º ed. Libertad. São Paulo, 2000.

_____, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**. do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo. Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

VERDE, V. V. **Territórios, ruralidades e desenvolvimento**. Curitiba, 2004. Acesso em 28 de abr. de 2013. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorios.pdf>.